

Artigos

Recebido: 11.09.2020

Aprovado: 20.06.2022

Publicado: 10.2023

DOI <http://dx.doi.org/10.18316/REDES.v11i2.????>

Direito à cidade e envelhecimento populacional: percepções da população idosa sobre a vida nas cidades brasileiras¹

Mateus Cavalcante de França

<http://orcid.org/0000-0002-0571-944X>

Anna Elisa Alves Marques

<http://orcid.org/0000-0001-8419-2991>

André Felipe Bandeira Cavalcante

<http://orcid.org/0000-0002-8328-2538>

Resumo: O Brasil acompanha duas tendências mundiais: por um lado, sua população é cada vez mais urbana; por outro, sua pirâmide etária inverte-se gradualmente, sendo crescente a parcela idosa de sua população. Isso implica uma dupla problemática: além de ter que lidar com os problemas decorrentes da crescente urbanização, os gestores municipais terão que tornar as cidades mais acessíveis à realidade de uma população cada vez mais idosa. Diante disso, este trabalho visa investigar como a população idosa brasileira percebe a vida nas cidades. Por meio de questionários aplicados em Natal/RN e Porto Alegre/RS em uma amostra (não generalizável ao universo) de pessoas de diferentes faixas etárias e entrevistas semiestruturadas feitas com idosos dessas cidades, percebe-se que a sociabilidade é um problema central para esse grupo etário, sendo determinante para que possam acessar o espaço urbano como um todo.

Palavras-chave: direito à cidade; Envelhecimento populacional; População idosa.

Right to the city and population aging: elder population's perception on life in Brazilian cities

Abstract: Brazil follows two global trends: on one hand, its population is more and more urban; on the other, its age pyramid gradually inverts itself, with a growing elderly population. This implies a double problematic: Besides having to handle the issues caused by the growing urbanization, municipal managers will need to make the cities more accessible to the reality of an ageing population. Therefore, this paper aims to investigate how the Brazilian elderly population perceives life in the cities. Through surveys applied to a (non-generalizable) sample of

1 Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no 2019 IAPS Symposium, ocorrido na Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, com o tema *Ageing in Place in a World of Inequalities: how do Design Healthy Cities for All*.

people from different age ranges in Natal/RN and Porto Alegre/RS, and semi-structured interviews with elders from these cities, it has been noticed that sociability is a central issue to this age group, being essential so they can access urban space as a whole.

Keywords: Right to the city; Populational ageing; Elderly population.

Introdução

Não são escassas as discussões sobre o fenômeno da urbanização na sociedade brasileira. A população urbana é majoritária no país, e isso se dá em escala crescente, tendendo a agravar uma série de problemáticas que marcam as cidades brasileiras. A chamada crise urbana brasileira manifesta-se, portanto, em uma série de sintomas, como o crescimento do volume de carros nas ruas e declínio da qualidade e acessibilidade do sistema de transporte público² e o déficit habitacional, alimentando lógicas de desigualdade social que marcam fortemente as cidades brasileiras.

Esse sistema opera, em grande parte, pelo acesso precário de grupos ao mercado formal, formando a massa chamada de “marginal”³, com pouco ou nenhum acesso às lógicas de consumo que garantem a integração social nas cidades capitalistas. A partir disso, o espaço urbano fragmenta-se, configurando-se em “guetos” reservados, segregados ou altamente especializados conforme a capacidade e o perfil de consumo de seus habitantes⁴. Assim, vários grupos, conforme suas particularidades, são informalmente confinados em áreas específicas da cidade.

Diante disso, movimentos sociais, corpos sociais intermediários, acadêmicos e outros sujeitos coletivos pautam o direito à cidade, “compreendido como acesso aos equipamentos e serviços urbanos, a condições de vida digna na cidade”⁵. Trata-se, portanto, da luta pela garantia de pleno desenvolvimento no espaço urbano, usufruindo dos serviços que ele oferece, “é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade”⁶.

Na desatenção ao direito à cidade, grupos socialmente vulneráveis ficam prejudicados na qualidade de acesso à cidade e aos serviços urbanos que recebem. Destaca-se, nesse sentido, a população idosa que, também em crescimento no Brasil, tem uma série de necessidades especiais, que precisam ser devidamente atendidas pelos espaços e serviços presentes nas cidades.

Assim, apesar das lutas, o estudo da bibliografia sobre direito à cidade revela uma carência de pesquisas, principalmente empíricas, sobre as imbricações entre a população idosa e as cidades brasileiras. O presente estudo surge com o intuito de iluminar esse tema, buscando compreender qual a percepção da população idosa sobre a vida nas cidades brasileiras, englobando as relações sociais travadas nesses espaços e o ambiente e os serviços oferecidos.

A hipótese levantada é que apesar da Lei federal 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, visar uma maior especificidade às atenções que deveriam ser dadas, por políticas públicas, mas também pela sociedade civil, à população de idade igual ou superior a sessenta anos, o abismo entre legislação e realidade social está presente na relação de tal população com a cidade.

2 MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 108.

3 SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Edusp, 2013. p. 42.

4 LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008. p. 98.

5 CAFRUNE, Marcelo Eibs. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. **Ridh**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 185-206, jan./jun. 2016. p. 188.

6 HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. p. 74.

Trata-se de uma pesquisa predominantemente quantitativa, a partir de amostragem realizada em duas cidades brasileiras, Natal/RN e Porto Alegre/RS, a qual buscou compreender os mais diversos aspectos da vida urbana, estruturada por meio da pesquisa bibliográfica sobre a temática do direito à cidade.

A população idosa e a cidade

A primeira etapa para compreender a realidade da população idosa urbana brasileira foi uma revisão bibliográfica dos estudos feitos sobre o assunto. Para isso, foram investigadas pesquisas feitas dentro de diversas áreas do conhecimento sobre a temática, visto que trata-se de uma problemática de interesse interdisciplinar. Foram procurados, com especial atenção, os trabalhos que desenvolveram pesquisas empíricas sobre a questão, tendo em vista o interesse, neste trabalho, de desenvolver estudo empírico dentro do paradigma sociojurídico. A bibliografia revisada auxiliou na elaboração das categorias a ser investigadas empiricamente no trabalho.

Amber Watts e outros⁷ analisaram a importância da integração e conectividade das ruas com a manutenção da saúde mental da população idosa. Os pesquisadores descobriram que uma maior variação de possíveis caminhos e de estabelecimentos comerciais em bairros residenciais relaciona-se com melhores desempenhos de saúde mental, sobretudo no que tange à memória de pessoas idosas.

Julieta Cristina Fernandes⁸ problematiza a necessidade de o planejamento urbano considerar o evidente envelhecimento populacional, a partir de políticas públicas adotadas na cidade de Uberlândia. A pesquisadora aponta as necessidades especiais das pessoas idosas, que mostram-se de grande relevância em questões de mobilidade, mas também de saúde pública e de moradia, que devem adaptar-se às dificuldades que podem surgir com o passar da idade, podendo ser locomotoras, sensoriais, físicas, mentais ou culturais⁹.

Jaquelina Maria Imbrizi e Eduardo de Carvalho Martins¹⁰ pesquisaram, a partir de experiência de estágio na Universidade Federal de São Paulo, as relações que levam à integração da população idosa no espaço urbano. Os pesquisadores apontam a importância de atividades de lazer e cultura para que esses sujeitos, por vezes com uma rotina condicionada pela aposentadoria à vida estritamente doméstica, de criar redes sociais e vínculos com a cidade.

No mesmo sentido, Fábio Roberto Bárbolo Alonso¹¹, em sua dissertação, estuda, a partir do Estatuto do Idoso, as políticas públicas que são estratégicas para essa categoria etária populacional. Ele percebe infraestrutura, saúde, cultura e previdência como estratégicos para garantir a dignidade da população idosa. Ele ressalta, também, a importância dos conselhos de idosos para promover a participação comunitária.

7 WATTS, Amber *et al.* Neighborhood integration and connectivity predict cognitive performance and decline. **Gerontology and Geriatric Medicine**, [S.L.], v. 1, p. 1-9, 31 jul. 2015.

8 FERNANDES, Julieta Cristina. Urbanismo e envelhecimento: algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia. **Caminhos de Geografia**: revista on line, Uberlândia, v. 2, n. 1, p.31-49, dez. 2000.

9 *Ibid.*, p. 39.

10 IMBRIZI, Jaquelina Maria; MARTINS, Eduardo de Carvalho. A velhice e o direito à cidade: uma experiência de estágio na Universidade Federal de São Paulo – Baixada Santista. **Interface**, Botucatu, n. 11, p. 155-166, maio 2016.

11 ALONSO, Fábio Roberto Bárbolo. Envelhecendo com dignidade: o Direito dos idosos como o caminho para a construção de uma sociedade para todas as idades. 172 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

Maura Pardini Bicudo Vêras e Jorge Felix¹² debruçam-se sobre a inserção de idosos no mercado de trabalho. Eles percebem que a dinâmica das cidades capitalistas, centradas na lógica de consumo, empurram mesmo aposentados à necessidade de buscar emprego. Isso alimenta processos de segregação espacial urbana, e de reprodução de desigualdades.

Mariele Rodrigues Correa¹³ estuda a relação da população idosa com a cidade no que tange à circulação de sujeitos no espaço. Além das limitações físicas que essa faixa etária populacional pode experimentar no espaço urbano, que, conforme aponta a autora, foram considerados por esforços do Estatuto do Idoso em garantir prioridade no conforto de acesso a diferentes espaços, a violência urbana é uma variável a ser levada em conta, visto que desestimula os sujeitos de participar ativamente dos espaços.

Dirce Trevisi Prado Novaes e Ida Raichtaler do Valle¹⁴, explorando os serviços públicos urbanos que são estratégicos à integração da população idosa na cidade, chegam a conclusões parecidas. A mobilidade, que compreende calçadas e sistema viário, é primordial, assim como a saúde pública. Entretanto, a segurança pública é, também, política pública estratégica para promover amplamente o acesso dessas pessoas à cidade.

Pela bibliografia revisada, percebeu-se uma carência importante na literatura brasileira, sobretudo empírica, no que tange à relação da população idosa com a cidade: a comparação de sua percepção com a das demais faixas etárias. Embora pareça evidente, é pouco claro em que medida e em relação a quais serviços públicos há essa diferença.

Metodologia

Em um momento inicial, essa pesquisa buscou uma amostragem feita em duas cidades brasileiras – Natal/RN e Porto Alegre/RS –, aplicando questionário que investiga a percepção populacional de diferentes aspectos da vida urbana. Pelas limitações da pesquisa, o número de questionários aplicados não reflete um resultado generalizável à completude da população de nenhuma das cidades, tampouco da população brasileira como um todo, ilustrando, apenas, alguns indicativos a partir da amostra colhida, que podem servir como provocação para futuras investigações. Contudo, outras limitações tentaram ser contornadas. Para uma maior abrangência das pessoas entrevistadas, foram escolhidos, como locais de aplicação dos questionários, áreas de alta circulação das cidades.

Em Porto Alegre, a aplicação dos questionários centrou-se na rua dos Andradas, importante rua comercial, que conta com faculdades, pequenos *shopping centers*, cursinhos preparatórios, praças e a Esquina Democrática, importante ponto de encontro de manifestações sociais na capital gaúcha. Em Natal, os questionários foram aplicados em duas áreas centrais, o comércio do Alecrim (sobretudo nos arredores da Praça do Relógio) e paradas de ônibus na intersecção entre as avenidas Bernardo Vieira e Salgado Filho¹⁵. O primeiro, refere-se a um centro tradicional,

12 VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; FELIX, Jorge. Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 36, p.441-459, jul. 2016.

13 CORREA, Mariele Rodrigues. Envelhecer na cidade. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 184, p. 35-46, set. 2016.

14 NOVAES, Dirce Trevisi Prado; VALLE, Ida Raichtaler do. O idoso e a cidade. **Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 57-72, 2018.

15 Nesse sentido, ocorreu, em Natal, um processo de descentralização em Natal, com o surgimento de uma área central secundária, com intenso movimento de comércio e serviços, fora do centro tradicional. Cf. CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. p. 47-48.

que abarca o maior número de estabelecimentos comerciais varejistas da cidade, atraindo diariamente um forte fluxo de consumidores. O encontro entre as avenidas Bernardo Vieira e Salgado Filho, por sua vez, localiza-se no entroncamento de todas as Zonas Administrativas de Natal, em sua redondeza se inserem: o maior *shopping center* e a maior universidade privada da cidade, o Hospital Público mais importante do estado e uma série de equipamentos privados de grande porte, mobilizando diariamente milhares de transeuntes¹⁶.

Necessário pontuar que a aplicação física dos questionários na cidade de Natal necessitou ser interrompida diante da decretação da pandemia da COVID-19 e, conseqüente, determinação da quarentena, principalmente para a população idosa, que constitui um dos principais grupos de risco. Dessa forma, em torno de 25% dos questionários aplicados na capital potiguar foram realizados por meio virtual, através do Google Forms.

A escolha de duas cidades buscou, também, possibilitar parâmetros que considerem uma possível limitação da pesquisa: o fato de alguns serviços públicos poderem ter percepção relativamente unânime por parte da população. Assim, considerando a cidade na qual habita os entrevistados como possível variável, essa abordagem possibilitou uma maior comparação dos resultados. E o modelo dos questionários foi em grande parte baseado no aplicado na dissertação de Kléber Schützer¹⁷, que captou a percepção de pedestres sobre a paisagem urbana. Assim, foram investigadas questões pertinentes a sociabilidade, espaços públicos, cultura e lazer, saúde, consumo, mobilidade e segurança pública, por serem pontos centrais da vida urbana. Foi pedido que os entrevistados reagissem de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente) a assertivas de teor afirmativo (exemplos: “Não preciso esperar muito para pegar o ônibus que preciso”; “A iluminação das ruas de minha cidade me fazem sentir segurança”) sobre esses aspectos da experiência urbana. Algumas variáveis foram consideradas, como o principal meio de transporte utilizado, a influência da mídia na percepção da segurança pública e o tipo de atividade realizada, investigadas em questões de múltipla escolha seguidas por uma questão de destaque (“Qual o meio de transporte mais utilizado dentre os assinalados?”, por exemplo), além de questões de “sim” ou “não” (“Há academias para idosos nas praças de seu bairro?”, por exemplo) e perguntas introdutórias sobre informações gerais. Os dados colhidos foram analisados no *software* SPSS.

No final do questionário, foi oferecido, aos interessados, que recebessem os resultados da pesquisa por *e-mail*. No caso de o entrevistado ter idade igual ou superior a sessenta anos, foi feito um convite para participar da segunda etapa da pesquisa, a entrevista semiestruturada, que foi explicada a essas pessoas no final da aplicação do questionário. Os interessados forneceram seus contatos, para, então, ser feita a pesquisa qualitativa deste trabalho. Os questionários, então, também permitiram captar perfis aleatórios de entrevistados para a segunda etapa da pesquisa.

Uma vez atingida uma quantidade considerável de pessoas de idade igual ou superior a sessenta anos dispostas a participar da segunda etapa da pesquisa, ela foi iniciada, concomitante à aplicação e tabulação de questionários. As pessoas entrevistadas foram contatadas pelos telefones fornecidos, para confirmar sua disponibilidade, e as entrevistas foram marcadas em locais de sua preferência, com seu consentimento oral à gravação de áudio para fins desta pesquisa. Foram feitas entrevistas semiestruturadas, nas quais os entrevistados foram solicitados a discorrer abertamente sobre suas percepções e experiências sobre os serviços urbanos abordados por questionário. Por meio delas, foi possível esclarecer qualitativamente o que foi coletado quantitativamente pelos questionários.

16 LOPES, Rosa; COSTA, Soneide. A configuração da atividade comercial no contexto da expansão do espaço urbano de Natal/RN/Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, Coimbra (Portugal), n. 13 p. 223-246, jun. 2018.

17 SCHÜTZER, Kléber. **A percepção do pedestre sobre a qualidade da paisagem urbana**. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

Resultados e discussão

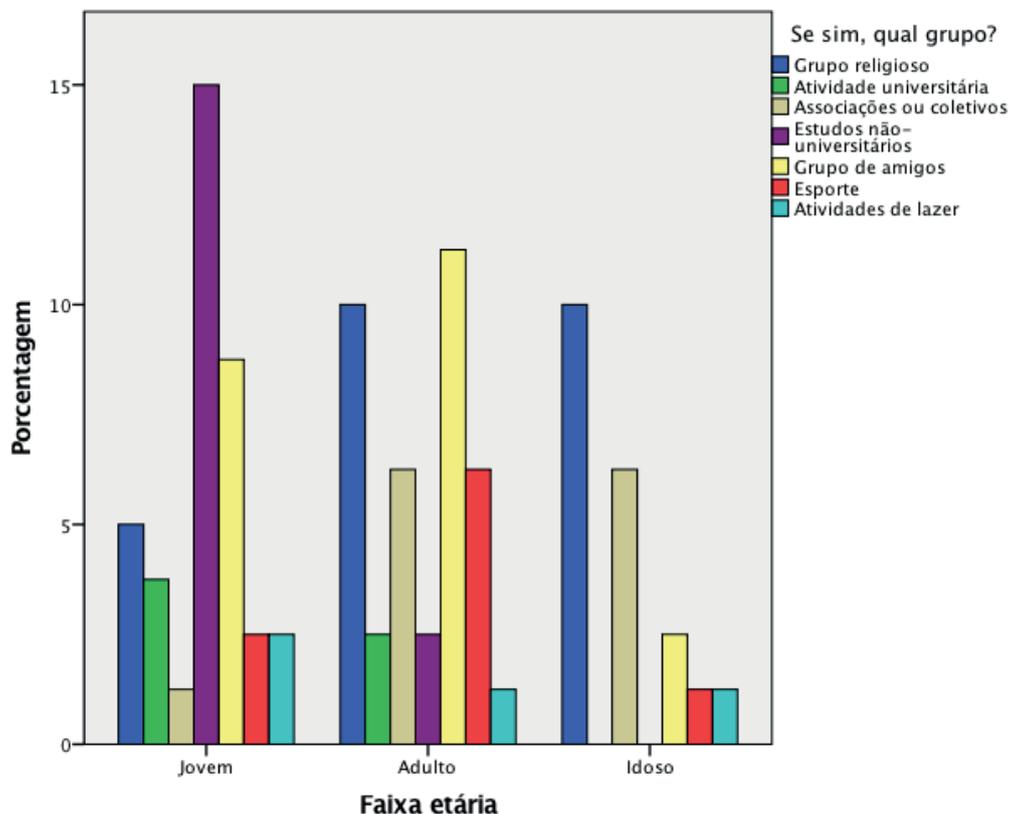
Foram aplicados 166 questionários, sendo a maioria (93) na cidade de Porto Alegre. A faixa etária dos entrevistados varia de 15 a 83 anos, tendo sido a maior parcela (43,98%) de jovens (de 15 a 25 anos) e a menor (21,08%) de idosos (a partir de 60 anos), o que já sugere uma menor quantidade de idosos em circulação mesmo nos pontos mais movimentados de ambas as cidades. Sete entrevistados (4,22%) apontaram ter deficiência física.

Sobre sociabilidade, 80 (48,19%) dos entrevistados afirmaram fazer parte de algum grupo que se reúne com frequência. Entre os idosos entrevistados, metade deu resposta afirmativa a essa pergunta, o que sugere um nível de inserção em grupos sociais semelhante à média de todas as pessoas entrevistadas.

Ao serem questionados sobre quais grupos sociais os entrevistados frequentavam, foi possível verificar uma grande incidência de coletivos religiosos e associações entre os idosos, como pastorais. Já os jovens e adultos socializavam em maior frequência com amigos e grupos de estudos não universitários, como se pode visualizar no gráfico abaixo. Isso mostra uma certa dependência, entre idosos, de relações comunitárias que costumam dar-se a nível de bairro, com pouca projeção para habitantes do espaço urbano como um todo. Uma entrevista ilustrou essa constatação.

Eu tento me movimentar, tento sair de casa, desde que me aposentei. Mas as pessoas em geral não têm uma identidade muito boa comigo, entende? Fui de um grupo de amigos de um posto de saúde, mas acho que o ritmo era outro, e acabou não dando certo e saí. Mas ainda tento me manter ativo. Gosto de ir à igreja, e ir nos eventos que o pessoal da igreja faz.

Gráfico 1 Percentuais de grupos sociais frequentados pelos entrevistados que responderam participar de algum, agrupado por faixa etária.

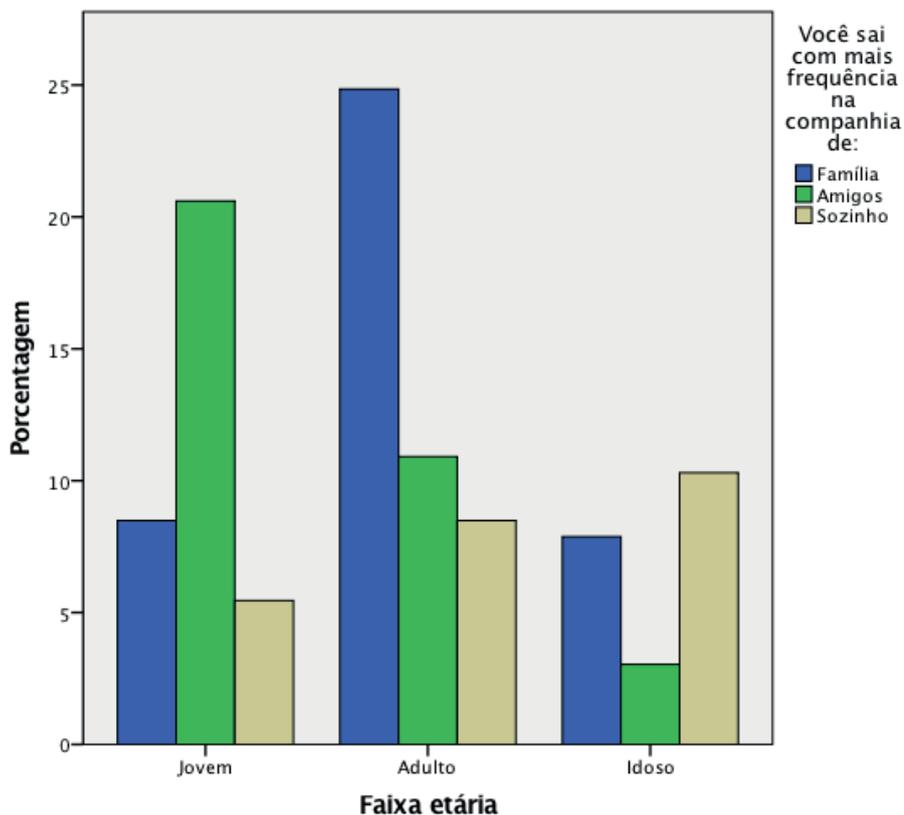


Fonte: SPSS.

Quando questionados sobre o grau de facilidade em fazer amizades na cidade, em uma escala de 1 até 5, a média obtida entre os idosos foi maior do que a dos jovens e adultos, 4,11 em comparação a 3,75¹⁸.

Tal dado isolado demonstraria que os idosos possuem uma sociabilidade maior do que a de outras faixas etárias. Contudo, quando aliado a outras questões, afere-se que há uma sociabilidade restrita entre os idosos. Uma das questões que demonstra esse quadro, além-se sobre a frequência de companhia ao sair de casa, a maioria deles responderam que saíam mais sozinhos, em contrapartida, os adultos apontaram que, na maioria das vezes, saíam em companhia da família, e os jovens, dos amigos. O gráfico abaixo ilustra esse resultado.

Gráfico 2: percentual de respostas da amostra, dividida por grupo etário, sobre as companhias com quem os entrevistados costumam sair de casa.



Fonte: SPSS.

Essas evidências podem explicar os resultados obtidos sobre espaços públicos, cultura e lazer. Em ambos os casos, os idosos entrevistados responderam avaliações mais positivas a esses serviços. Sobre espaços públicos, idosos avaliaram, em uma escala¹⁹ de 5 a 25 uma média de 15,36 (valor mediano), enquanto jovens e adultos avaliaram em uma média de 13,75 (abaixo da média)²⁰. Sobre espaços de cultura e lazer, em uma escala²¹ de 5 a 25, idosos avaliaram esses espaços com uma pontuação média de 15,94, e jovens e adultos 14,59²². Contudo, vale ressaltar que,

18 Essa diferença entre medias não tem significância estatística ($p > 0,05$), não sendo possível afirmar que ela tende a repetir-se em outras amostras. Contudo, ressalta-se, novamente, que esta pesquisa é ciente de que não busca resultados generalizáveis, mas uma provocação baseada em algumas evidências.

19 Alfa de Cronbach = 0,758, indicando ser uma escala social confiável.

20 Essa diferença entre médias não é estatisticamente significativa ($p > 0,05$).

21 Alfa de Cronbach = 0,728.

22 Essa diferença não obteve significância estatística ($p > 0,05$).

dentre todos os equipamentos de cultura e lazer mencionados (teatros, cinemas, livrarias, bibliotecas, museus, *shows* musicais e eventos ao ar livre), não houve nenhum que os idosos tenham majoritariamente assinalado como espaços que frequentam. Sendo assim, há de se questionar até que ponto suas percepções não se referem a realidades muito restritas, de atividades feitas em seus bairros, visto que há indícios de que equipamentos voltados ao público amplo não são atrativos ou acessíveis.

Em algumas entrevistas, essa avaliação objetiva positiva foi confrontada por situações tidas como problemáticas pelos próprios entrevistados. Um deles relata:

As calçadas de Porto Alegre encontram-se em um estado periclitante. Outro dia, eu mesmo estava andando em frente ao Museu da Comunicação, quando sofri uma queda sobre esse meu braço. Quando me levantei, vi que os ladrilhos da calçada estavam soltos, e que isso me fez cair. Aqui mesmo, na Praça da Alfândega, você pode ver que faltam vários desses ladrilhos do calçamento. Isso não me convida a ficar aqui, pois tenho medo de levar outra queda.

Outra entrevistada argumenta que há bons espaços públicos em sua cidade, mas que eles são restritos a áreas específicas:

Nós temos dois bons parques em Porto Alegre. Um é a Orla do Guaíba, que antes era uma coisa horrível, mas hoje está bem bonita, porque foi reformada em uma parceria entre a Prefeitura e a iniciativa privada. Outro é o Parcão [Parque dos Moinhos de Vento], que costuma ser bem cuidado. Mas o Parcão é bem cuidado porque está localizado em um bairro valorizado, né? O Moinhos de Vento é um bairro de classe média alta e de elite mesmo, né?

Esse depoimento reforça o que Lucas Pizzolatto Konzen²³ chama de *lugares fora do mapa*, processo que ocorre em espaços urbanos decorrente de normas ideológicas que definem que certas áreas da cidade merecem um maior investimento em espaços públicos. Assim, praças e parques em bairros tidos como valorizados recebem uma maior atenção do que aqueles *fora do mapa*. O depoimento permite indagar os efeitos desse fenômeno sobre certos grupos que têm um acesso precário à cidade como um todo, como os idosos.

Com base nos dados da presente pesquisa, pode-se constatar que existe uma menor integração cotidiana dos idosos e os espaços da cidade, principalmente, públicos. Compreendendo o direito à vivência aos espaços da cidade, a participação social enquanto elementos do Direito à cidade pode-se constatar que ainda tem muito que avançar na garantia de uma vida mais digna.

A vida cotidiana dessa parcela da população encontra-se cada vez mais restrita aos espaços privados e de convivência reduzida. Em alguns momentos pode-se contatar a solidão e o isolamento social. Nesse sentido, são necessárias políticas que possibilitem ampliar o direito de mobilidade, de usufruir a cidade em sua diversidade de espaços e possibilidades, evitando o processo direcionado aos “guetos de idosos”.

Em muitas análises o idoso é considerado como um ser apartado da sociedade. E assim como os fatores como alimentação, educação, saúde, são determinantes e influenciam nas condições de vida e envelhecimento da população, o espaço urbano também. Assim, existe uma demanda pela concretização do direito à vida urbana e socialização que não é praticado apenas no ambiente religioso e/ou familiar.

Faz-se necessário também evitar concepções generalizantes e baseadas em uma concepção de velhice como

23 KONZEN, Lucas Pizzolatto. **Norms and space:** understanding public space regulation in the tourist city. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Law and Society, Università Degli Studi di Milano, Milão (Itália), 2013.

algo negativo ou uma simples questão biológica, evitando o preconceito social e estereótipos comentados por parte dos entrevistados. Assim como, constatamos ao longo da pesquisa e diálogo com os entrevistados acima dos 60 anos que existe uma demanda e realidades diversas, ou seja, cada realidade demanda políticas públicas e projetos diferenciados, sem criar o cenário idealizado do idoso extremamente ativo.

O envelhecimento populacional tem impactos importantes na saúde, sendo necessário que a rede de atenção à saúde tenha possibilidade e viabilize oferta para os cuidados que essa parcela da população demanda²⁴. Atualmente, os idosos representam 13%, cerca de 28 milhões de pessoas e esse percentual tende a dobrar nas próximas décadas, segundo projeção divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁵ em 2018, tendência mundial de estreitamento da base (crianças e jovens) e alargamento do corpo (adultos) e topo (idosos) da pirâmide etária.

Diante da análise dos dados da pesquisa de campo realizada em ambas as cidades, pode-se constatar que a maioria dos idosos entrevistados utiliza a rede de saúde particular com maior frequência às clínicas particulares. Quando comparamos com os dados referentes às demais faixas etárias, percebem-se, percentualmente, que mais entrevistados utilizam o Sistema Único de Saúde – SUS. Portanto, podemos constatar que existe um investimento financeiro para acesso de forma privada aos serviços de saúde. No entanto, quando comparadas às avaliações realizadas pelos idosos e pela amostra como um todo, a avaliação sobre a qualidade de ambos os sistemas são positivas. Em uma escala²⁶ de 5 a 25, jovens e adultos avaliaram o serviço de saúde que recebem em uma média 17,55 e idosos em uma média 20,19²⁷. Se é feito um recorte dessa mesma avaliação entre os entrevistados que são usuários do SUS e os que não são, as avaliações continuam positivas, embora a avaliação dos usuários seja um pouco inferior: 17,32 e 19,39, respectivamente²⁸.

Essa realidade encontrada neste momento da pesquisa vai de encontro com alguns resultados de pesquisas nacionais sobre saúde e a população idosa como a Estudo Longitudinal Da Saúde Dos Idosos Brasileiros (ELSI) – Brasil que apontou que 75% dos idosos brasileiros dependem, exclusivamente, dos serviços prestados no SUS. Entendemos que pode ser explicada pela média de renda dos idosos entrevistados e pela grande presença de planos de saúde particulares com valores mais populares em Porto Alegre.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, 30,1% dos participantes informaram ter dificuldades para realizar uma ou mais atividades da vida diária que são tarefas como fazer compras, utilizar meios de transporte, usar o telefone, por exemplo, sendo a região nordeste com maior percentual e quanto mais elevada a idade maior a proporção de pessoas com tais limitações^{29,30}.

Conforme observado em algumas entrevistas, a avaliação positiva dada ao sistema de saúde pode ser um reflexo do contraste entre expectativas e experiências concretas, conforme observado no seguinte depoimento:

24 LIMA-COSTA, Maria Fernanda *et al.* Cuidado informal e remunerado aos idosos no Brasil (Pesquisa Nacional de Saúde, 2013). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, n. 1, 2017.

25 IBGE. **Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

26 Alfa de Cronbach = 8,41.

27 A diferença entre as médias é estatisticamente significativa ($p < 0,01$).

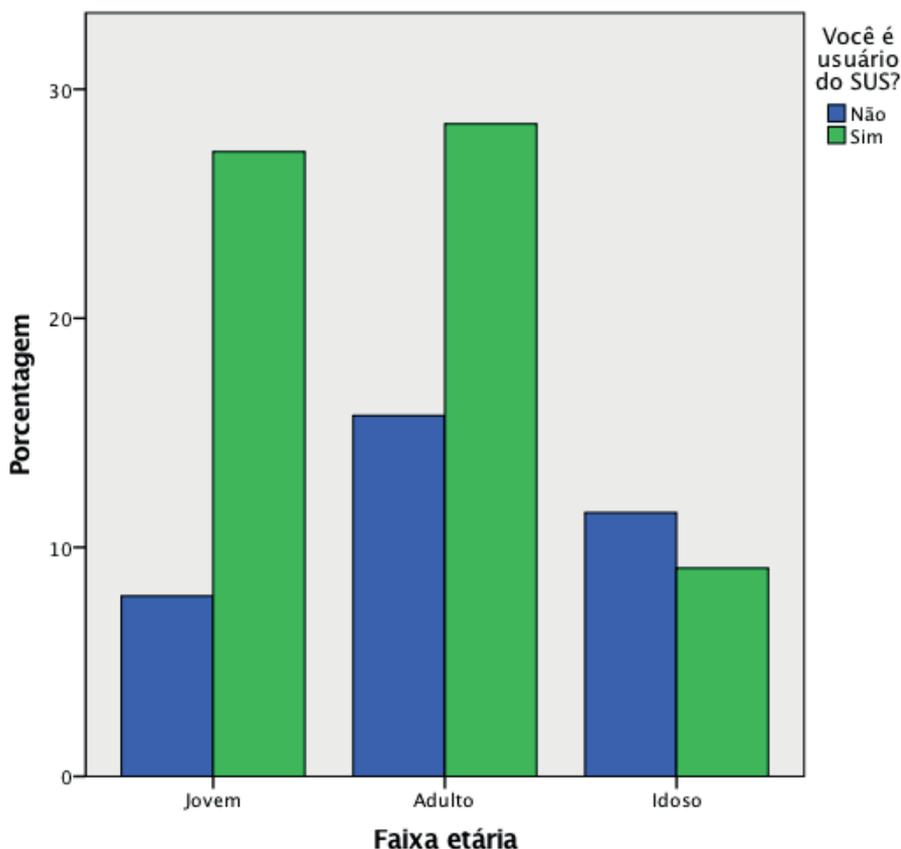
28 Essa diferença é estatisticamente significativa ($p < 0,01$).

29 *Id.* **Pesquisa Nacional de Saúde: 2013**: ciclos da vida: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=294525>. Acesso em: 21 de abril de 2020. p. 31.

30 LIMA-COSTA, *op. cit.*, p. 4.

Eu morria de medo de ir ao hospital, e sentia mais medo pela minha mãe, que ainda é viva, porque eu já tive um plano de saúde, mas ela nunca teve. E nós víamos na televisão aquelas imagens horríveis, de pessoas jogadas nos corredores. Eu não conseguia imaginar minha mãe nessas condições. Mas aí um dia levei ela no postinho, e percebi que a coisa melhorou bastante. Quer dizer, ainda pode melhorar, mas fomos muito bem atendidas. A equipe estava bem preparada para lidar comigo e com minha mãe, que é uma senhora mais de idade, então eu achei muito bom, principalmente por mérito dos profissionais da saúde.

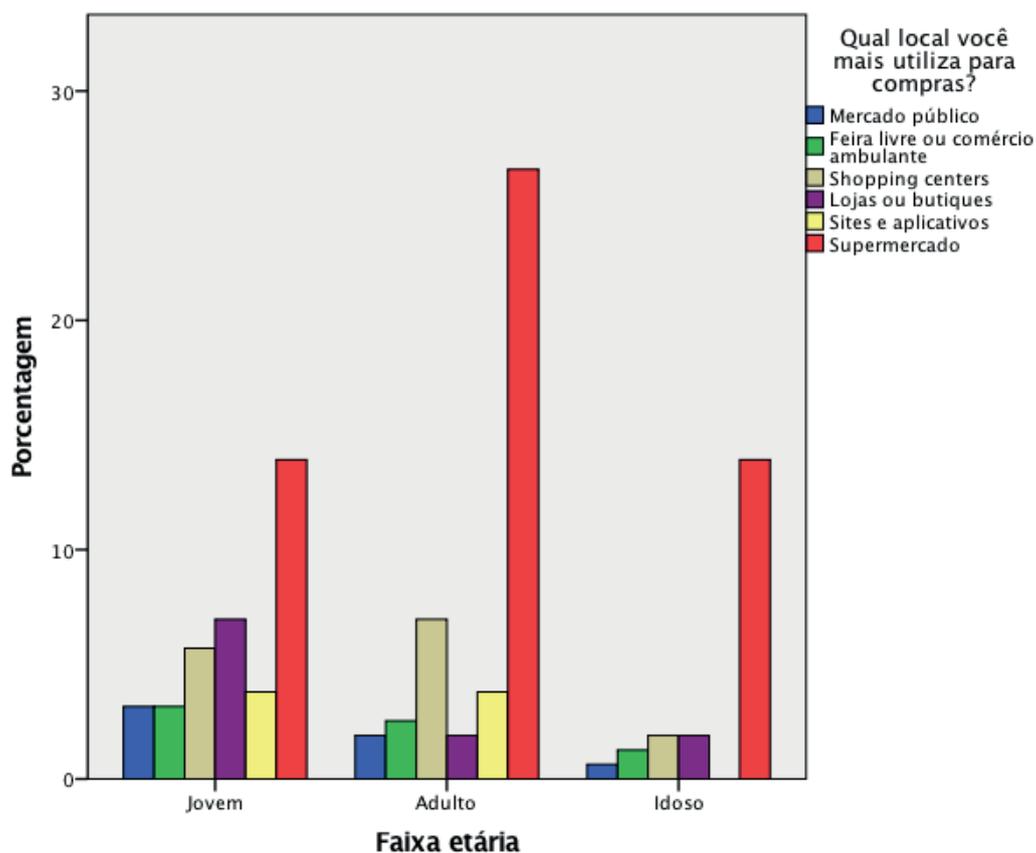
Gráfico 3: percentual da amostra, agrupado por faixa etária, de entrevistados usuários e não usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).



Fonte: SPSS.

No que diz respeito à atividade instrumental de vida diária como fazer compras, a pesquisa permite constatar que os espaços privados como supermercados, lojas ou boutiques, e shopping são os mais procurados por todas as faixas etárias, sobretudo pelos idosos, enquanto que os sites e aplicativos não foram mencionados pelos entrevistados acima de 60 anos.

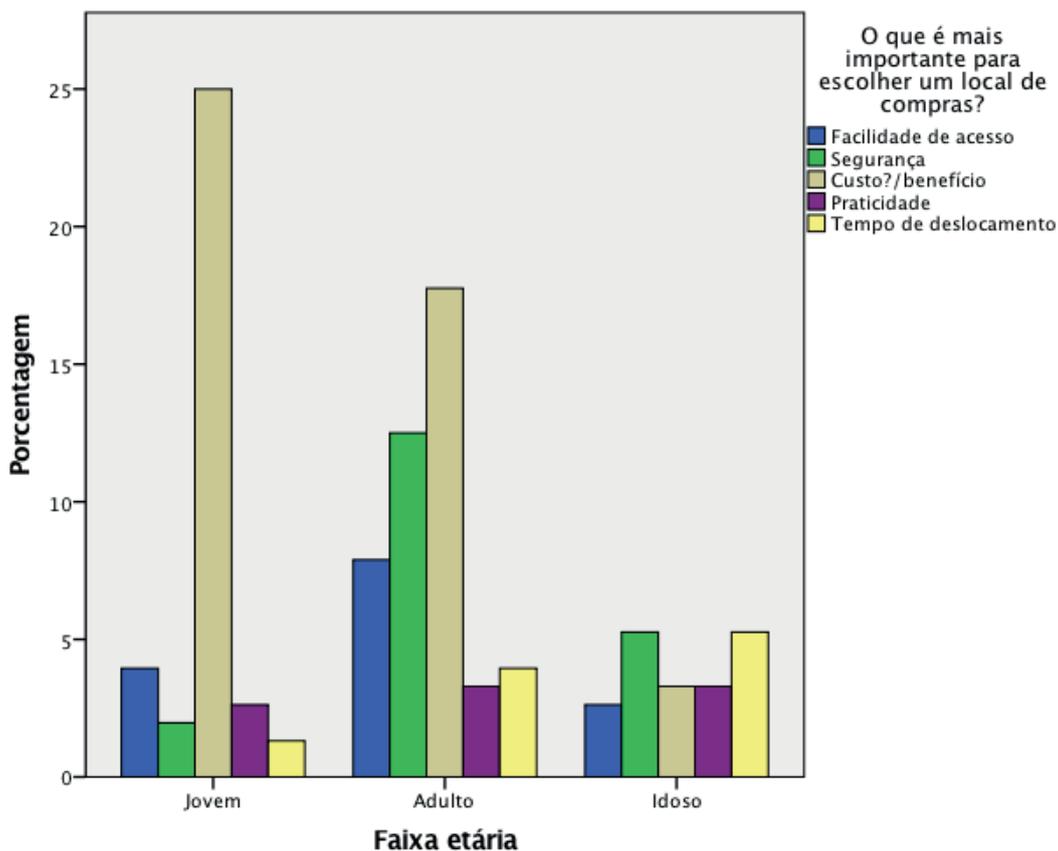
Gráfico 4: respostas percentuais da amostra, agrupadas por faixa etária, à pergunta sobre qual o principal espaço que os entrevistados frequentam para consumo.



Fonte: SPSS.

A segurança e o tempo de deslocamento foram os principais requisitos para escolha dos locais de consumo para a faixa etária maior, enquanto que para jovens e adultos o custo/benefício foi o principal fator que determina tais escolhas, conforme pode ser comprovado no gráfico. Portanto, podemos compreender que os idosos acabam por vivenciar a cidade por meio de espaços mais restritos como temos constatado ao longo desta pesquisa.

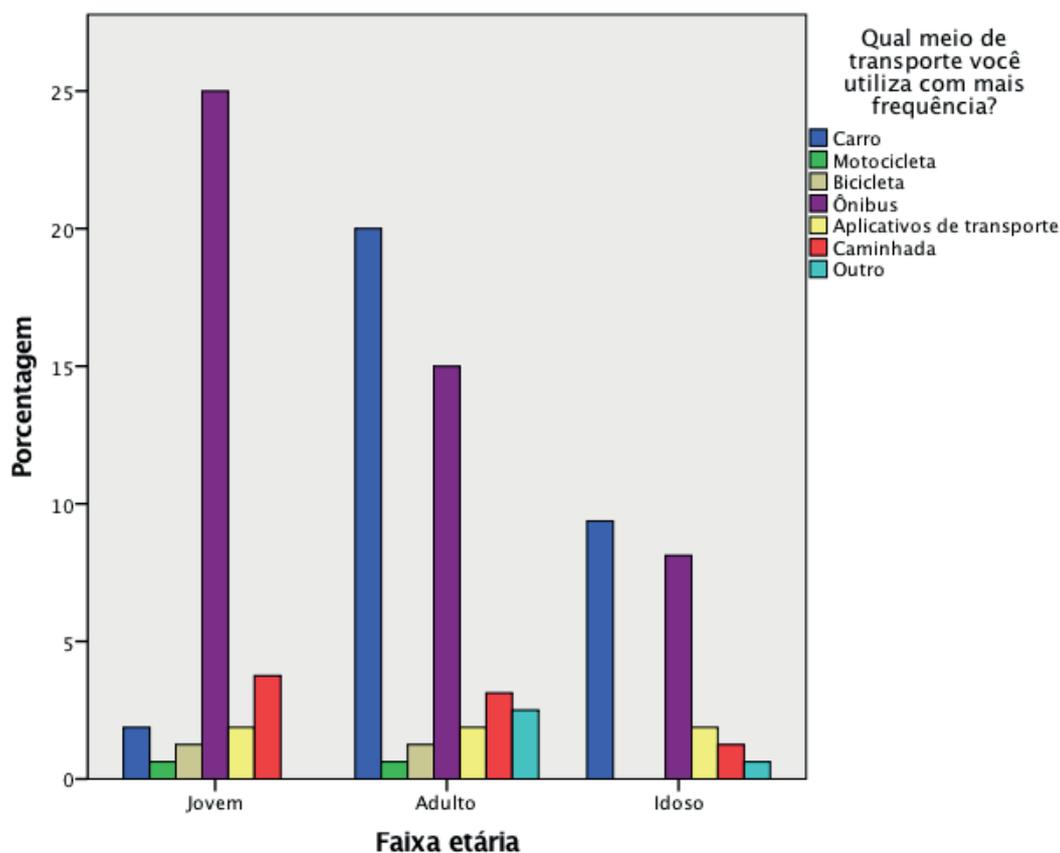
Gráfico 5: percentuais das respostas dadas, agrupados por faixas etárias, ao questionamento de qual o fator mais importante para escolher um local de consumo a ser frequentado.



Fonte: SPSS.

Quando questionados sobre qual dos meios de mobilidade se utilizava com mais frequência, os idosos apontaram carro e ônibus, quase na mesma proporção, os adultos, por sua vez, responderam que utilizavam mais o carro como meio de transporte e, ônibus, em um menor grau. Os jovens, por fim, pontuaram utilizar mais o ônibus e a caminhada, como demonstrado no gráfico que segue.

Gráfico 6: percentual da amostra, agrupado por faixas etárias, de respostas à pergunta sobre o meio de transporte mais utilizado pelos entrevistados.



Fonte: SPSS.

Tal gráfico aliado à questão sobre utilização de aplicativos de transportes, o qual a maioria dos idosos respondeu não utilizar, em contraposição aos jovens, e a proporção dos adultos que utilizam, demonstram uma carência na inserção do idoso em novas formas de mobilidade urbana, advindas com o desenvolvimento tecnológico.

Sobre a utilização de transportes públicos, foi questionado aos participantes, de 1 a 5, qual a satisfação sobre o acesso físico aos ônibus, a média de respostas entre os idosos foi de 3,71, entre os jovens e os adultos foi de 3,54, assim o grau de contentamento é um pouco mais alto entre aqueles. Foi questionado também sobre as ações dos motoristas de transporte público, o tratamento dado ao usuário no momento de ingresso ao ônibus, nesta questão, os idosos pontuaram uma média de 3,8 de satisfação e jovens e adultos, 3,54. Ambas as questões tiveram resultados medianos, que apenas demonstram que todas as faixas etárias possuem um olhar semelhante sobre os serviços de ônibus das cidades pesquisadas. Em um panorama geral, foi feita uma escala social³¹ de 8 a 40 com todos os itens do questionário que perguntavam sobre percepções a respeito da qualidade do transporte público, sendo a média de respostas de idosos 28,37 e de jovens e adultos 26,67, resultados aproximados e que refletem avaliações acima da média sobre os serviços de transportes públicos urbanos.³²

Nas entrevistas, foi relatada uma relativa melhora em termos de acessibilidade dos transportes públicos coletivos à população idosa. Exemplo pode ser encontrado no seguinte trecho:

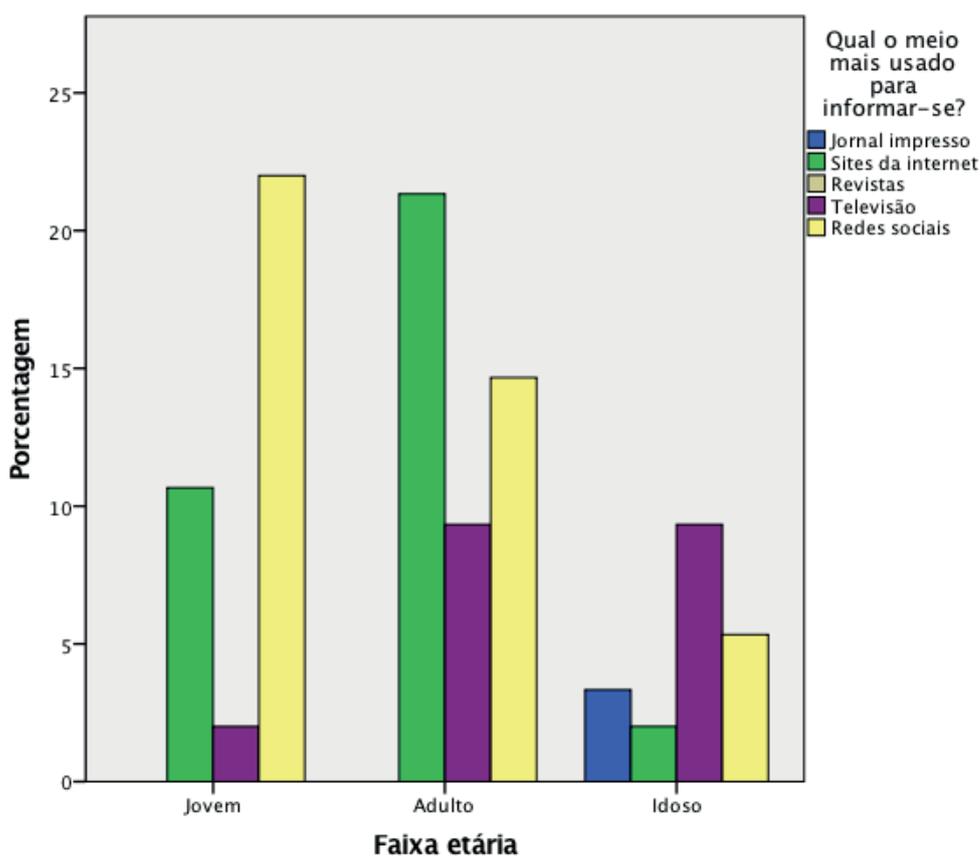
31 Alfa de Cronhach = 0,759.

32 Em nenhuma das comparações entre medias citadas nesse parágrafo houve significância estatística ($p > 0,05$), não sendo possível afirmar que a diferença entre médias observada não seria fruto do acaso.

O transporte público já foi bem pior. E não falo só sobre os ônibus. Ainda há ônibus bem velhos circulando por aí. Mas antigamente os motoristas não tinham paciência. Como o idoso não pagava, deixavam na parada. Mas hoje isso está bem melhor. Acho que tiveram algum treinamento, alguma conscientização. E também temos que entender que os motoristas são trabalhadores que passam por um perrengue o dia todo, né? Mas é verdade que hoje eles são muito mais atenciosos ao passageiro idoso. O cobrador costuma garantir que o assento preferencial não fique ocupado por um guri se tem um senhor de idade em pé.

Uma outra provocação levantada foi acerca dos meios de comunicação que os entrevistados utilizam para se informar, a maior porção de todas as faixas etárias afirmaram não utilizar mais jornais impressos. A maioria dos jovens utilizam as redes sociais para isso, os adultos usam os sites da internet e os idosos, a televisão, como demonstrado no gráfico abaixo. O que novamente retrata uma baixa inclusão digital dos maiores de 65 anos.

Gráfico 7: percentual da amostra, agrupado por faixas etárias, de meios de comunicação que os entrevistados identificaram como os mais utilizados.



Fonte: SPSS.

O último tópico questionado foi sobre segurança na cidade. Em uma avaliação sobre a satisfação acerca da segurança pública, em uma escala³³ de 06 a 30, os jovens e adultos apontaram uma média de 14,32, já os idosos, 16,67³⁴. Assim, afere-se que mesmo as médias estando muito próximas, os idosos possuem uma maior satisfação com a segurança pública de suas cidades. Sobre a confiabilidade na polícia, em uma escala de 01 a 05, jovens e adultos pontuaram, em média, 2,5, já os idosos, possuem uma maior confiabilidade, 3,36³⁵.

33 Alfa de Cronbach = 0,81.

34 Essa diferença entre médias, medida por um teste T, teve significância estatística observada ($p < 0,05$).

35 Essa diferença entre médias teve alto nível de significância estatística observado ($p < 0,001$).

Um outro dado central no debate foi sobre a sensação de segurança em espaços públicos e privados. A maioria dos entrevistados de todas as faixas afirmou não se sentir seguro em praças, parques, calçadas, comércio público e orlas. O jovem foi a única faixa etária que afirmou ter uma sensação de segurança em bares e restaurantes. Todas as faixas etárias apontam sentir-se seguros em shoppings centers. Tais dados apontam para a negação do espaço público como meio de uma sociabilidade segura e a fuga para espaços privados, que detém um falso status de público.

As comparações entre médias só revelaram significância estatística ao comparar as percepções de idosos com a de jovens e adultos no que tange aos serviços de saúde e segurança pública. Mesmo assim, como discutido, a relação entre indivíduos e cidade pode ser fortemente mediada por outras categorias, como a renda. Por isso, foram rodadas regressões lineares avaliando o impacto, em cada escala social (como variável dependente) da variável dicotômica independente que sinalizava se um indivíduo era idoso ou jovem/adulto (idoso = 1), controlada pela variável independente “nível de renda”³⁶. Mesmo controlado pelo nível de renda, o fato de um entrevistado ser idoso mostrou-se relacionado, com significância estatística, à percepção de três escalas sociais: espaços públicos, saúde e segurança pública.

Quanto aos espaços públicos, o fato de um indivíduo ser idoso, controlado pela renda média mensal, mostrou-se associado a uma percepção mais positiva em 1,825 pontos (em uma escala de 5 a 25) do que ser jovem ou adulto. Esse resultado foi significativo na ordem dos 10% conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 1.

Coeficientes^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	Erro Padrão	Beta			
B					
(Constante)	13,602	1,133		12,002	,000
1 Idoso	1,825	1,088	,136	1,678	,095
Renda média mensal	,050	,460	,009	,109	,913

a. Variável Dependente: Escala de satisfação com espaços públicos (de 5 a 25)

Fonte: Elaboração própria.

O baixo R² obtido (0,019), contudo, revela que há muito mais variáveis que determinam a percepção de um indivíduo sobre os espaços públicos de sua cidade. Mesmo assim, considerando as duas variáveis independentes elencadas, pode-se observar que, dentro da amostra colhida de moradores das regiões metropolitanas de Natal e Porto Alegre, estar na terceira idade está relacionado a uma maior satisfação com espaços públicos, mesmo controlando os efeitos da renda média mensal nessa relação.

Quanto aos serviços de saúde, o fato de um indivíduo ser idoso também mostrou-se associado a um maior

36 Como perguntar a renda exata de cada entrevistado poderia gerar desconforto e respostas mais imprecisas, essa variável foi construída como uma escala com diferentes níveis de renda média familiar *per capita*, delimitados a partir das categorias de classes sociais definidas pelo IBGE para o Censo Demográfico de 2010 (1 = menos que 1 salário mínimo / 2 = entre 1 e 2 salários mínimos / 3 = entre 3 e 6 salários mínimos / 4 = entre 7 e 19 salários mínimos / 5 = entre 20 e 29 salários mínimos / 6 = a partir de 30 salários mínimos).

grau de satisfação do que ser jovem ou adulto, mesmo tendo como variáveis de controle a renda média mensal e o fato de o indivíduo ser ou não usuário de um plano de saúde (sim = 1). Idosos da amostra, em média, mostraram-se mais satisfeitos com o serviço de saúde que recebem que jovens ou adultos em 2,505 pontos (em uma escala de 5 a 25). Esse resultado é significativo na ordem de 1%, o que revela uma probabilidade muito baixa de que essa relação seja fruto do acaso, conforme observável na tabela:

Tabela 2.

Modelo	Coeficientes ^a			t	Sig.
	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		
	Erro Padrão	Beta			
B					
(Constante)	16,213	,991		16,364	,000
Idoso	2,505	,932	,210	2,689	,008
Renda média mensal	,047	,450	,009	,105	,916
Você é usuário de um plano de saúde?	2,148	,843	,223	2,547	,012

a. Variável Dependente: Escala de satisfação com a saúde (de 5 a 25)

Fonte: Elaboração própria.

O indivíduo ser usuário de um plano de saúde também mostrou-se significativamente (na ordem de 5%) associado a uma satisfação em média 2,148 maior do que aquele que não é usuário. Os coeficientes padronizados revelam que, embora ser usuário de um plano de saúde tenha um impacto mais alto na satisfação com o serviço de saúde recebido do que o grupo etário, os impactos são relativamente próximos. Assim, ser idoso está positivamente associado à satisfação com o serviço de saúde recebido, e seu impacto tem um nível parecido ao de ser usuário de um plano de saúde. O R^2 obtido (0,09) revela que quase 10% da variância da satisfação com o serviço de saúde recebido pode ser explicada pelo conjunto das três variáveis elencadas, o que é considerável para uma categoria tão complexa e subjetiva, mas indica que há muitas outras variáveis que podem relacionar-se com esse processo.

Quanto à segurança pública, o indivíduo ser idoso, mesmo controlado pela renda média mensal, mostrou-se associado a um maior grau de satisfação. Em uma escala de 5 a 25, os idosos da amostra mostraram-se em média mais satisfeitos que jovens e adultos em 2,223 pontos. Essa relação é significativa na ordem de 5%, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 3.

Modelo		Coeficientes ^a			t	Sig.
		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		
B		Erro Padrão	Beta			
1	(Constante)	11,008	,958		11,493	,000
	Idoso	2,223	,899	,199	2,473	,014
	Renda média mensal	,271	,389	,056	,696	,487

a. Variável Dependente: Escala de satisfação com a segurança pública (de 5 a 25)

Fonte: Elaboração própria.

Idosos, assim, mostraram-se em média mais satisfeitos com o serviço de segurança pública percebida em suas cidades. O R^2 obtido (0,035) revela que há mais a ser explorado nessa relação, mas, a partir dos dados elencados na amostra, pode-se pontuar que os idosos avaliam a segurança pública de uma maneira mais positiva que jovens e adultos, mesmo que controlando a renda dos indivíduos.

Esses resultados, contrários à hipótese inicial de que idosos perceberam os serviços urbanos com maior desagrado que jovens e adultos, podem ter diferentes explicações. Por um lado, esses serviços poderiam ter uma pior qualidade no passado e, diante de melhorias recentes (possivelmente trazidas por legislações como o Estatuto do Idoso e o da Cidade), são melhor avaliados por idosos do que por aqueles que não tiveram essa perspectiva longitudinal. Por outro, isso pode revelar uma maior desilusão desses grupos em relação aos serviços públicos (expresso, por exemplo, na descrença em instituições reveladas em várias resistências, por parte de idosos, a responder aos questionários), o que pode gerar expectativas piores do que a realidade vivida.

No que tange aos espaços públicos, é possível que os idosos, em sua maioria aposentados, visitem com maior frequência praças e parques do que jovens e adultos, pertencentes à população economicamente ativa. Nesse sentido, idosos podem não apenas perceber maiores virtudes e qualidades nesses lugares, mas também desenvolver vínculos emocionais com eles, o que pode afetar suas percepções individuais. No que diz respeito aos serviços de saúde, por sua vez, é possível que os profissionais dessas unidades tenham um melhor preparo ao tratamento com a pessoa idosa, tornando a avaliação desse grupo melhor do que a de jovens e adultos.

Por fim, a percepção mais positiva do serviço de segurança pública pode ser influenciada pelo maior grau de confiança observado em idosos em relação a policiais. Isso pode ser motivado por um tratamento mais respeitoso desses agentes públicos a esses grupos em específico, ou pode, também, ser reflexo de uma educação familiar e escolar que, em décadas atrás, preocupava-se em criar uma imagem idealizada das forças policiais urbanas. Isso, é claro, não pode ser generalizado, e pode depender de diferentes recortes, como o de raça. Ao ser indagado sobre sua visão a respeito de policiais, um entrevistado, homem idoso e negro, disse: “Sabe como é, tchê... Ruim com eles, pior sem eles”.

A percepção individual sobre a prestação de segurança pública, ainda, pode ter um papel de mediador na avaliação dos entrevistados nas perguntas referentes às demais escalas sociais. Por meio de uma regressão logística, tendo como variável dependente o grupo etário dicotomizado idoso/não-idoso (idoso = 1), e como variáveis

independentes todas as escalas sociais elencadas, com o acréscimo da renda média mensal como variável de controle, os seguintes resultados são obtidos:

Tabela 4.

Variáveis na equação						
	B	E.P.	Wald	gl	Sig.	Exp(B)
escala_esppubli	,093	,068	1,860	1	,173	1,098
escala_lazercult	-,115	,087	1,741	1	,187	,891
escala_saude	,083	,065	1,653	1	,199	1,087
Passo 1 ^a escala_transp	,015	,050	,095	1	,758	1,015
escala_seg	,137	,062	4,804	1	,028	1,146
Renda	,664	,310	4,574	1	,032	1,942
Constante	-6,461	1,777	13,218	1	,000	,002

a. Variável(is) inserida(s) no passo 1: escala_esppubli, escala_lazercult, escala_saude, escala_transp, escala_seg, renda.

Fonte: Elaboração própria.

Curiosamente, os resultados indicam que, quanto mais positiva a avaliação dada por um entrevistado à segurança pública de sua cidade, isto é, a cada 1 ponto nessa escala social que varia de 5 a 25, aumenta em 14,6% a chance de esse indivíduo ser idoso, o que é significativo na escala de 5%. Essa variável, dentre todas as escalas sociais inseridas na regressão, foi a única a demonstrar uma relação com significância estatística com a variável dependente, o que é um indício de que a percepção individual sobre a segurança pública municipal pode mediar a percepção da qualidade de outros serviços de interesse público. O R^2 de Nagerkelke obtido (0,207) indica que mais de 20% da probabilidade de alguém ser ou não idoso pode ser explicada pelo conjunto de variáveis elencadas. Assim, futuras pesquisas podem analisar melhor a relação entre percepção individual sobre segurança pública e a avaliação da vida na cidade de residência como um todo.

Conclusões

Os dados coletados não podem ser generalizados como uma estatística finalizada e ainda são passíveis de análise de questões que englobam gênero, classe e localização, contudo, permitem algumas conclusões preliminares. A primeira reforça que, nas cidades brasileiras, vive-se um momento de crise. Ela se manifesta, sobretudo, na gestão dos espaços, na mobilidade urbana e na segurança pública. Isso facilita o crescimento da importância dada ao setor privado como ator na gestão das cidades, o que reforça dinâmicas de segregação social, visto que apenas um setor da população tem acesso financeiro a esses serviços.

No mais, os espaços privados apontados pelos entrevistados como os mais seguros, os *shoppings centers*, bares e restaurantes, oferecem aos consumidores uma falsa sensação de espaço público, de convivência plural. Essa percepção, aliada à sensação de segurança, desencadeia um distanciamento dos espaços efetivamente públicos, principalmente para a população idosa. Esta é submetida a uma sociabilidade restrita pelos diversos fatores tratados no presente trabalho, desencadeando verdadeiros “guetos” de idosos, o seu isolamento em determinados nichos da cidade, o que trava uma vivência plena dela e o direito de reinventá-la.

Assim, alguns aspectos ressaltados na análise quantitativa, mas sobretudo a perspectiva sobre os equipamentos urbanos que foi compreendida na análise qualitativa, referente à vivência dos idosos, permitiu perceber que eles vivem, no espaço urbano, uma situação de maior vulnerabilidade que aqueles de outras faixas etárias. Não apenas por questões de saúde ou mobilidade, importantes questões diante das crescentes dificuldades que naturalmente atingem os indivíduos com o passar dos anos, a falta de convívio comunitário é um importante obstáculo social ao pleno e digno desenvolvimento pessoal no espaço urbano.

Bem como, foi possível compreender que a questão de inclusão tecnológica da população idosa é um elemento que acaba influenciando nas formas de consumo, transporte/mobilidade e acesso às informações. Essa questão merece destaque, pois o aprendizado tecnológico permite novas experiências e permite novas vivências, em alguns casos permite um pouco de autonomia diante de possíveis fatores e condições limitantes. E pensando que diversos serviços públicos e sociais passam por mudanças e atualizações para meios digitais, vale refletir sobre essa questão.

Amparada por trechos das entrevistas, os questionários indicaram que, em uma grande parte dos equipamentos urbanos, sua qualidade é percebida igualmente ou sem grandes diferenças entre diferentes grupos etários do espaço urbano. Isso implica que, em um contexto de envelhecimento populacional, melhorias nos equipamentos urbanos não propiciam apenas um maior acolhimento dos idosos pela cidade, e sim uma melhor qualidade de vida para todas as idades. Por fim, vale ressaltar que auferiu-se que essa relação pode ser mediada por outras variáveis, em especial a percepção de cada cidadão da garantia de segurança pública em sua cidade, o que pode ser verificado com maior profundidade em futuras investigações.

Referências

- ALONSO, Fábio Roberto Bárbolo. Envelhecendo com dignidade: o Direito dos idosos como o caminho para a construção de uma sociedade para todas as idades. 172 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005
- CAFRUNE, Marcelo Eibs. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. **Ridh**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 185-206, jan./jun. 2016.
- CORREA, Mariele Rodrigues. Envelhecer na cidade. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 184, p. 35-46, set. 2016.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- FERNANDES, Julieta Cristina. Urbanismo e envelhecimento: algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia. **Caminhos de Geografia**: revista on line, Uberlândia, v. 2, n. 1, p.31-49, dez. 2000.
- HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.
- IBGE. **Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 22 de abril de 2019.
- IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde: 2013**: ciclos da vida: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=294525>>. Acesso em: 21 de abril de 2020.

- IMBRIZI, Jaquelina Maria; MARTINS, Eduardo de Carvalho. A velhice e o direito à cidade: uma experiência de estágio na Universidade Federal de São Paulo – Baixada Santista. **Interface**, Botucatu, n. 11, p. 155-166, maio 2016.
- KONZEN, Lucas Pizzolatto. Norms and space: understanding public space regulation in the tourist city. 336 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Law and Society, Università Degli Studi di Milano, Milão (Itália), 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.
- LIMA-COSTA, Maria Fernanda.; *et al.* Cuidado informal e remunerado aos idosos no Brasil (Pesquisa Nacional de Saúde, 2013). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, n. 1, 2017.
- LOPES, Rosa; COSTA, Soneide. A configuração da atividade comercial no contexto da expansão do espaço urbano de Natal/RN/Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, Coimbra (Portugal), n. 13 p. 223-246, jun. 2018.
- MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARICATO, Erminia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: Arte, 2003. p. 78-96.
- NOVAES, Dirce Trevisi Prado; VALLE, Ida Raichtaler do. O idoso e a cidade. **Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 57-72, 2018.
- PFUTZENREUTER, Andréa Holz. Viver a cidade, envelhecer na cidade: Os espaços públicos como interface para o envelhecimento pessoal. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.
- SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Edusp, 2013.
- SCHÜTZER, Kléber. A percepção do pedestre sobre a qualidade da paisagem urbana. 78 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; FELIX, Jorge. Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 36, p.441-459, jul. 2016.
- WATTS, Amber.; *et al.* Neighborhood integration and connectivity predict cognitive performance and decline. **Gerontology and Geriatric Medicine**, [S.L.], v. 1, p. 1-9, 31 jul. 2015.